

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MERCADO DE CARBONO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

1ª Reunião do GTT de Metodologias
Grupo Técnico Temporário de Regulação e Metodologias

Data: 25 de junho de 2026 - das 10h:45 às 12:20.

Local: Online

MEMBROS PARTICIPANTES		
NOME	ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO	CARGO
Larissa Carolina Loureiro Villarroel	DCARB/SEV/MDIC	Chefe de Divisão
Rafael Vinicius Gonçalves de Castro Lima	INMETRO - Coordenação-Geral de Articulação Internacional	Assistente Executivo Sênior
Ana Maria Pedrita Fernandes de Oliveira	Aliança Brasil NBS	Secretária Executiva
Rita de Souza Mendes Pereira	Instituto Clima e Sociedade	Consultora de Restauração
Rodrigo Ferreira	MPI	coordenador de serviços ambientais
Stephanie La Hoz Theuer	International Carbon Action Partnership	Especialista Sênior
Caroline Dihl Prolo	Banco Mundial	Consultora
Janaina Dallan	Aliança Brasil Soluções Baseadas na Natureza	Conselheira
Vitor Brasil Paixão da Costa	Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR	Coordenador de Políticas Setoriais de Descarbonização de Mudança do Clima
Tarcila Santos Britto Gomes	ABRAMPA	Vice-Presidente
Bruno de Amorim Maciel	Desarollo Multilateral - DEM (Consultoria contratada pelo Banco Mundial)	Consultor

Carolina Pedroso	MDIC	Coordenadora Geral de Descarbonização Industrial DCARB/SEV MDIC
Danielle Silva Bernardes	Confederação Nacional do Transporte - CNT	Gerente Executiva Governamental
Lucio Pereira Lopez	Greenline Carbonsat Tecnologia Ltda	Presidente Fundador
André Halloys Dallagnol	Ministério dos Povos Indígenas	Coordenador de Acompanhamento de Impactos Socioambientais
Daniela Baccas	BNDES	chefe de departamento de sustentabilidade
Juan Saeta	Federação Brasileira de Bancos - Febraban	Assessor de Sustentabilidade
Otto Hebeda	Empresa de Pesquisa Energética	Analista de Pesquisa
Carolina Burle Schmidt Dubeux	Centro Clima/COPPE/UFRJ	Pesquisadora sênior
Adriano Santhiago de Oliveira	SAM-CC/PR,	Secretário Adjunto III (Meio Ambiente, Mudança do Clima, Agricultura e Pesca)
Rafael Martins Dias	Casa Civil - Presidência da República	Gerente de Projetos
João Chaib	Social Carbon	Certification Officer
Paloma Fachinelli de Oliveira	Confederação Nacional da Indústria	Especialista em Política Climática
Romário Pereira de Carvalho Júnior	ABCON	Coordenador Técnico
Maria Carolina Correia Marques	Abcon - associação brasileira das empresas de saneamento	Diretora técnica e econômica
Marina Monne Oliveira	ECCON Soluções Ambientais	Gerente
Roberta Simonetti	Anbima	Analista Sênior
Juliana Splendore	Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)	Analista de Parcerias
Marina Palma Copola	CVM	Diretora
Letícia Gavioli	WayCarbon	Coordenadora de Finanças Sustentáveis
Juan Saeta	Febraban	Assessor de Sustentabilidade
Leticia Nocko	ABREMA	Gerente Técnica
Eduardo Cury	Instituto Clima e Sociedade	Especialista em Uso da Terra e Finanças da Natureza

Luiz Carlos Xavier da Silva	IBP / Braskem	Responsável por Adaptação às mudanças climáticas & Mercado de carbono
Antônio Januzzi	ABREMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE	Diretor Técnico
Camilo Prates	Ministério das Relações Exteriores	Chefe do Núcleo de Coordenação da Contabilidade de Carbono
Fernanda Guedes	ABEEólica - Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias	Especialista em Novas Tecnologias
Annie Groth	Verra	Gerente Sênior de Programas – Relações de Mercado
Pedro Venzon	IETA	Líder Brasil
Klenize Chagas Fávero	Ministério da Fazenda	Coordenadora de Requisitos e Análise de Metodologias
Herta Rani Teles Santos	AGU	Procuradora da Fazenda Nacional
Joao Pedro Ferreira Arbaché	climate policy initiative	Pesquisador sênior
Renata Camargo	Unica	Gerente de Sustentabilidade
Lucio Pereira Lopez	Greenline Carbonsat Tecnologia Ltda	Presidente
Fernanda Maria Veloso Monteiro	CEBDS	Diretoria de Clima e Energia
Flávio Rogério Alfaro	Greenline Carbonsat	Especialista Metodológico
Gonzalo Visedo	CNI / SNIC	Head de Sustentabilidade
Leidivan Almeida Frazão	CCARBON/USP e UFMG	Professora e Pesquisadora
Marcello Cabral	Abeeólica	Diretor de Novos Negócios
Lucas Pecci Canisares	CCARBON/ESALQ-USP	Professor
Robson Monteiro	SEAMA-ES/ABEMA	Subsecretário de Estado de Qualidade Ambiental e Recursos Hídricos
Marco Antônio Ramis Caminha	FIESP	Consultor
Gustavo Willy Froitzheim	SEST SENAT - Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	Coordenador do Despoluir e de Projetos Especiais
Helena Herrera	Bi Carbon Standard	Technical Assistant

Yago Ferreira Freire	LACLIMA	Coordenador de Política Climática e Mercado de Carbono
Cassia Saretta	MMA	Coordenadora de carbono florestal
Orlando Whately Bandeira	Inmetro	Gestor do Grupo para \transição Energética, Descarbonização e Sustentabilidade - GTEDS
Rafaela Aloise de Freitas	WRI Brasil	Coordenadora de Descarbonização da indústria e energia
Marcelo C C Stabile	ECCON Soluções Ambientais	Gerente de Carbono e Agro
Janaina Dallon	Aliança Brasil de Soluções Baseadas na Natureza	Conselheira
Adriana Alice Oliveira Paiva	Inmetro	Analista Executivo em Metrologia e Qualidade
Bruno de Amorim Maciel	Desarollo Multilateral - DEM (Consultoria contratada pelo Banco Mundial)	Consultor
Isabela Morbach Machado e Silva	Associação CCS Brasil	Diretora
Márcia Silva de Jesus	Ibá/CNI	Coordenadora
Bárbara de Oliveira Bomfim	WWF-Brasil	Especialista em Mercados de Carbono e Soluções baseadas na Natureza
Natália Renteria	Representando a Coalizão Clima Floresta e Agricultura	Co-líder da Força Tarefa de Carbono - Diretora Brasil da Silvania
Catalina Romero	Cer Carbono	Certification Director
Beth Weed	Isometric	Policy Manager
Claudia Jurado	Climate Action Reserve	Sênior Associate, Market Development (LAC)
Alessandra Lehmen	Universidade Caxias do Sul	Professora

1- APRESENTAÇÃO

A reunião teve como finalidade iniciar os trabalhos do Grupo Técnico Temático Metodologias, apresentar sua estrutura de funcionamento e promover o alinhamento técnico necessário para o desenvolvimento do Programa Brasileiro de Compensação de Emissões (PBCE), instrumento integrante da implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

2 – PAUTA/APRESENTAÇÕES

Na apresentação, foi realizada uma contextualização sobre a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), destacando a estrutura da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono (SEMC), suas áreas de atuação e seu papel na coordenação da regulamentação do sistema. Foi ainda apresentada a composição do grupo, formada por representantes do poder público, setor produtivo, certificadoras, academia e sociedade civil, bem como o cronograma de implementação do SBCE e as metas da SEMC para a regulamentação da Lei nº 15.042/2024.

Foi realizado o nivelamento conceitual sobre a legislação do SBCE, abordando os conceitos de Cotas Brasileiras de Emissões (CBEs), Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVEs), créditos de carbono, conciliação periódica de obrigações e a distinção entre mercado regulado e mercado voluntário. Também foram apresentados os requisitos para reconhecimento dos CRVEs, seus possíveis usos no cumprimento das obrigações do sistema, na compensação voluntária e na transferência internacional de resultados de mitigação (ITMOs), além da importância das metodologias credenciadas e da verificação independente para assegurar a integridade ambiental do mercado.

Também foi apresentada a estrutura do Programa Brasileiro de Compensação de Emissões (PBCE), abordando seus principais objetivos, os critérios para credenciamento de metodologias, os processos de reconhecimento dos CRVEs, as referências internacionais utilizadas em sua construção e os princípios de integridade ambiental, credibilidade e governança. Ao final, foram apresentados o escopo de atuação do GTT Metodologias, o cronograma das próximas reuniões e os encaminhamentos para elaboração da proposta normativa e recebimento de contribuições.

3 – DISCUSSÕES / ENCAMINHAMENTOS FINAIS

As discussões concentraram-se inicialmente na utilização dos Créditos de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVEs) no Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), especialmente quanto ao percentual de incorporação desses créditos no mercado regulado. Foi destacado que, embora outros países utilizem percentuais reduzidos de offsets, o Brasil possui características específicas, como ampla área de florestas e elevado potencial de restauração ambiental, que justificam uma abordagem diferenciada. Em resposta, foi esclarecido que a definição desse percentual caberá ao Órgão Gestor e dependerá de fatores como o teto de emissões,

o número de agentes regulados e os resultados da Análise de Impacto Regulatório (AIR). Também foi ressaltado que os CRVEs representam importante instrumento de financiamento para ações climáticas, mas atuarão de forma complementar a outros mecanismos de financiamento, como o Fundo Clima, o BNDES e demais políticas públicas. Ainda nesse contexto, discutiu-se a necessidade de maior clareza conceitual sobre acreditação, credenciamento, certificação e integridade dos créditos, sendo informado que a robustez dos programas certificadores também será considerada na análise das metodologias.

Na sequência, os participantes apresentaram contribuições relacionadas ao processo de regulamentação e construção dos critérios técnicos. Houve solicitação de ampliação do prazo para envio das contribuições, de maior detalhamento sobre o nível de aprofundamento esperado e da disponibilização de um modelo para facilitar a apresentação das propostas. A coordenação informou que reavaliará o cronograma e encaminhará um template com orientações aos participantes. Também foi debatido o potencial de expansão do mercado brasileiro de carbono, considerando a expectativa de crescimento do número de empresas participantes e a necessidade de garantir oferta suficiente de créditos para evitar desequilíbrios de preços, tomando como referência as experiências internacionais. Nesse contexto, esclareceu-se que a definição do percentual de utilização dos CRVEs ocorrerá em etapa futura da regulamentação e não integra o escopo atual deste Grupo Técnico. Além disso, foi acolhida a sugestão de utilizar como referência metodologias desenvolvidas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Artigo 6.4 do Acordo de Paris.

Outro ponto amplamente debatido referiu-se ao processo de análise das metodologias e à preservação da integridade dos créditos de carbono. Os participantes manifestaram preocupação quanto à possibilidade de duplicação de análises já realizadas pelos organismos certificadores, podendo gerar burocracia excessiva e insegurança ao mercado. Em resposta, foi esclarecido que o foco da atuação governamental será a avaliação das metodologias e da robustez dos programas certificadores, sem reanálise individual de projetos. Também foram discutidas as atividades elegíveis para geração de CRVEs, a definição de prioridades de acordo com a política climática nacional e a necessidade de contemplar grupos socialmente vulneráveis, como cooperativas de catadores. Houve ainda sugestões para utilização dos documentos e salvaguardas já produzidos pela CONAREDD, evitando retrabalho, além da necessidade de diferenciar claramente os conceitos de Crédito de Carbono e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), bem como esclarecer a origem dos CRVEs e a regulamentação das remoções excedentes previstas na Lei do SBCE.

Também foi informado que este Grupo Técnico tratará das metodologias aplicáveis ao mercado voluntário, enquanto as metodologias do mercado regulado serão discutidas no âmbito do GT MRV. Esclareceu-se ainda que as metodologias florestais relacionadas ao REDD+ e às atividades de Aflorestamento, Reflorestamento e Revegetação (ARR) serão consideradas, observadas as competências da CONAREDD. Os participantes sugeriram identificar lacunas e oportunidades de adaptação das metodologias à realidade brasileira (tropicalização), compartilhar documentos já produzidos pela CONAREDD e o Guia de Ativos Ambientais, bem como esclarecer, nas memórias das reuniões futuras, as diferenças entre este Grupo Técnico e outros fóruns existentes, evitando sobreposição de atribuições.

Como encaminhamentos, a coordenação informou que disponibilizará um modelo para apresentação das contribuições, reavaliará o prazo inicialmente proposto para o envio das contribuições e encaminhará o formulário de contribuições por e-mail, em razão das dificuldades de acesso relatadas por alguns participantes. Também será disponibilizada uma memória resumida da reunião, sem identificação nominal das manifestações, preservando apenas os principais temas debatidos e os encaminhamentos acordados, além de documentos produzidos pela CONAREDD que possam subsidiar os trabalhos do grupo. Ficou prevista a continuidade dos trabalhos na reunião programada para o mês de agosto.